

Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato a mulheres mais que triplicam no país

Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, recebeu, em média, uma denúncia de feminicídio ou de tentativa de feminicídio a cada duas horas. Dados são do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

[\(G1, 17/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato de mulheres mais que triplicam em todo o Brasil.

Dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apontam que, entre janeiro e outubro deste ano, foram registradas 3.664 denúncias de feminicídio e tentativa de feminicídio em todo o país.

Esse número representa um aumento de 272% na comparação com 984 relatos dessa natureza contabilizados no mesmo período de 2018. O levantamento exclusivo foi obtido pela GloboNews por meio da Lei de Acesso à Informação.

Isso significa dizer que, neste ano, o Ligue 180 recebeu, em média, uma denúncia de feminicídio ou de tentativa de feminicídio a cada duas horas.

De acordo com os números do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as ligações telefônicas relacionadas a feminicídios em todo o país saltaram, no período, 141% (de 22 para 53 ocorrências). Já a quantidade de tentativas de feminicídios relatadas ao Ligue 180 cresceu 275% (de 962 para 3.611 casos).

Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, afirma que os dados refletem um maior encorajamento das mulheres no sentido de

denunciar o agressor, mas também traduzem o aumento da violência de gênero.

“É bem possível afirmar que há por um lado um aumento da denúncia, um certo empoderamento feminino, mais serviços disponíveis que fazem com que as pessoas se animem a denunciar e façam chegar essas informações as autoridades, mas também é possível afirmar que está havendo um aumento desses dados de violência contra a mulher”.

Medidas protetivas

No estado de SP, o [número de medidas protetivas de urgência concedidas a mulheres em situação de violência doméstica bateu recorde](#) em 2019.

Entre janeiro e outubro, foram 95.050 pedidos atendidos, número que supera os resultados dos seis anos anteriores que compreendem a série histórica do Tribunal de Justiça.

A quantidade de pedidos atendidos até outubro deste ano representa um aumento de 25% na comparação com o mesmo período de 2018, quando 76.316 medidas protetivas foram determinadas nas cidades de São Paulo, de acordo com dados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180 - é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas, desde 2005.

O Ligue 180 recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

A Central funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil e de mais

16 países (Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela).

Desde março de 2014, o Ligue 180 atua como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. Para isso, conta com o apoio financeiro do Programa ‘Mulher, Viver sem Violência’.

Ele é a porta principal de acesso aos serviços que integram a Rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área.

Por Léo Arcoverde e Milena Teixeira

Violência doméstica na favela traz ‘impossibilidade da denúncia já que a polícia não vem até agressor’, diz pedagoga

Ex-vítima e idealizadora de roda de conversas com mulheres, Fabbi Silva tem sua trajetória retratada no filme ‘Histórias para contar’, no Festival do Rio

[\(Universa, 14/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — Numa comunidade em que a polícia não chega, embora a **violência** seja diária, há pouca empatia do sistema de saúde, e as mulheres não têm oportunidade de estudar ou trabalhar, oferecer alguma perspectiva para vítimas de agressão doméstica é um desafio.

A pedagoga Fabbi Silva, 38 anos, conseguiu driblar esses desafios, e o caminho para isso foi a criação de uma rede entre as moradoras da comunidade Parque das Missões, em Duque de Caxias (RJ).

Idealizadora do projeto “Roda de mulheres — Apadrinhe um Sorriso”, ela mesma já havia sido vítima da **violência doméstica**. E foi graças a outras mulheres que, quando as violações aconteciam em sua vida, deu um jeito de sobreviver, estudar, trabalhar e criar o grupo que hoje conta com 64 cadastradas.

Além das rodas, ela criou um chat no Whatsapp para ampliar o campo de ação contra a violência.

— Quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona — conta.

Sua história é retratada no [documentário “Histórias para contar”](#), de Julia Lemos Lima, que será exibido neste fim de semana no **Festival do Rio**.

Você foi vítima de violência doméstica. Como tudo aconteceu?

Minha história é a história de muitas mulheres. Me envolvi muito nova com meu ex-marido, tinha 14 quando comecei a namorar. Aos 17, e ele com 24, fomos morar juntos. Existia uma questão de não poder fazer sexo, eu era evangélica. Minha mãe era do tambor, e quando falei que ia casar, ela perguntou: “Você tá doida?”. Mas é a imaturidade. Quando me casei, ainda estava estudando, terminei o ensino fundamental aos 19. Comecei a trabalhar numa loja e cursava o ensino médio à noite. Foi aí que surgiu o primeiro indício da violência, ainda verbal, para tentar me impedir de estudar, me colocar para baixo. Ele dizia que não tinha necessidade de eu estudar. Foi também meu primeiro enfrentamento contra a igreja e o pastor, que dizia que eu tinha que obedecer meu marido. Era um inferno: ele dizia que eu estava procurando homem, queimou meu caderno, escondia meu anticoncepcional para eu engravidar.

No primeiro encontro, uma delas perguntou: ‘Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?’.

Fabbi Silva, pedagoga.

E quando começou a agressão física?

Fiz um processo seletivo para trabalhar numa creche e, quando foram à minha casa dizer que eu tinha sido aprovada, ele disse que eu não precisava (*da vaga*) e dispensou. Quando fiquei sabendo, tivemos uma das nossas principais brigas. A agressão deixou de ser verbal e passou à física. Ele me pegou e me jogou pro outro canto da sala, aí eu gritei, disse que ele tinha me batido. Ele negava, pois na visão dele bater era deixar de olho roxo. Fui trabalhar, e uma amiga me alertou: “Meu relacionamento era assim, só agressão verbal até que ele bateu minha cabeça na porta do carro”. Depois que ele exagerava, vinha com ursinho de pelúcia, com um cuidado que eu via que era uma coisa para comprar meu silêncio.

O que aconteceu quando você se formou na escola?

O ensino médio me possibilitou ter um outro olhar tanto para a questão da violência quanto para entender que não acabava ali o meu estudo. Descobri a filosofia, que me abriu os olhos para coisas que a igreja não trazia para mim, então saí da igreja. Ele achava que eu estava “endemoniada”, que tinha que sair do trabalho, que minhas amigas estavam fazendo minha cabeça. Eu não queria mais. Um dia pedi para a gente dar um tempo. O homem surtou, pegou a TV e jogou longe, gritava, quebrava as coisas. Aí pegou no meu pescoço e me jogou contra o sofá. Bati a cabeça, mas comecei a gritar, chamando a vizinha, pedindo socorro. Quando minha mãe chegou, ele estava tentando me sufocar. Dizia que, se eu não fosse dele, não ia ser de ninguém, que ia me matar.

No México, as mulheres colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver TV, e o cara não batia

Fabbi Silva, pedagoga.

Como você sobreviveu a essa agressão?

Minha mãe tirou ele de cima de mim e me levou embora. Até voltei, mas não queria mais. Consegui um terreno, um fogão, e, no dia 1º de janeiro de 2006, falei que estava saindo de casa. Ele não acreditou. Quando ele saiu para trabalhar, tirei tudo que era meu e fui embora. Ele ia atrás de mim, dizia que eu estava jogando fora um homem correto porque eu não aceitava rédeas, como se eu fosse uma égua. Fiquei desempregada, fui trabalhar como camelô, mas tinha passado na faculdade e isso me deu um gás. Me mudei para meu barraco de madeira, que chovia mais dentro do que fora, e foi a melhor decisão da minha vida.

Quando você sentiu que precisava ajudar outras mulheres?

Na graduação, resolvi trabalhar com as mulheres do Parque das Missões. Decidi fazer roda de conversa, mas me achava o supassumo do conhecimento. No primeiro encontro, uma delas perguntou: “Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?”. Tentei fazer o encontro umas três vezes, mas não consegui. No primeiro foram muitas mulheres, no segundo diminuiu e no terceiro não foi ninguém. Quando contava que passei pela violência doméstica, mudava “caramba, e você conseguiu?”, mas vi que tudo que passei não era um terço do que elas passam. Primeiro porque eu não tenho filho. Passei dificuldade, mas não passei fome. Tinha uma mãe que me incentivou a estudar e me ajudou muito. São diferenciais. Tenho noção do meu privilégio.

Como você conseguiu emplacar as rodas, então?

Tive que repensar. Vi que as crianças da comunidade tinham deficiências, falta de cuidado, muito também por conta da violência em casa. Então comecei a fazer um trabalho de leitura com elas, o “Apadrinhe um Sorriso”, e me reaproximei das mães. Anos depois, fui ao México num encontro de lideranças comunitárias. Lá vi o trabalho que mulheres estavam fazendo. Elas colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver televisão, e o cara não batia. Quando voltei, chamei uma reunião com as mães das crianças.

Daquela vez elas toparam?

Trouxe uma lembrancinha, um chaveiro vermelho de uma santa que protege as mulheres. Conteí sobre o trabalho que vi, como tinha ficado impactada. Disse que a presença delas nos encontros impactaria no desenvolvimento dos filhos, mostrei um vídeo sobre violência intrafamiliar e o impacto na vida das crianças. E aí pedi para elas falarem. Quer falar sobre filhos? Violência no território? Marido ou filho preso? Dificuldade de entrar no ônibus porque tá gorda? Ou querem falar da violência sexual que sofrem pelos companheiros? Vamos falar de tudo, e a gente vai exercitar a confiança e o que falar aqui, não vai falar para ninguém.

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também.

Fabbi Silva, pedagoga.

Você usou a estratégia dos lenços vermelhos?

A gente usa uma coisa que não é o lenço, é o Whatsapp mesmo (*risos*). Temos um grupo, e quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona. Por exemplo: um dos maiores agressores hoje é parceiro do trabalho, participa das rodas e não bate mais. Eu chamo para conversar: “Vocês falam que a criança não quer aprender, mas já pararam para pensar que ver essa briga todo dia interfere no desenvolvimento dela? Já pararam para refletir sobre isso?” A mudança não é da noite pro dia, é fruto de muito trabalho, um trabalho delas. Eu motivo, mas elas que fazem.

Que tipo de resultado as rodas têm produzido?

É possível vencer a violência com afeto e escuta. É criar uma rede, deixar elas falarem. Muitas conseguiram sair de relacionamentos abusivos. Teve uma mãe achando normal o que o marido fazia com a filha porque ela já tinha

passado por aquilo, até ela falar “opa, a gente não precisava passar por isso”. Tenho amor pelo “Apadrinhe um sorriso”, mas tenho paixão pela “Roda de mulheres — Apadrinhe um sorriso”.

É um cotidiano de muita violência. Enquanto pedagoga, como lida com isso?

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também. Mas a história que mais me chocou foi a de uma menina de 13 anos que foi morar com o cara de 28, engravidou e cinco dias depois de parir, ele quis sexo. Ela estava de resguardo, toda cheia de ponto. Ela acordou com o olho roxo, toda machucada, ponto destruído, porque ele a estuprou desacordada. São essas as verdades que não estão nos livros. Não tem autor que explique como é trabalhar isso.

Você encara esse trabalho como uma forma de feminismo?

Esse é o feminismo possível, não é o feminismo branco, que não chega na favela. Falar que somos todas “vadias”, isso não dialoga com a realidade dessa mulher. É preciso pensar na violência que atravessa a favela, a impossibilidade da denúncia porque a polícia não vem até o agressor, o policial que diz que ela vai voltar para o companheiro mesmo “porque é safada”, equipe médica que diz “você apanha sempre, por que está chorando?”. É uma violência que perpassa o racismo estrutural, falta de empatia. O que mais ouço é sobre violência obstétrica, uma das coisas que mais me impacta, médico que bate na cara, sobe na barriga... Esses relatos surgem na roda e são trabalhados com poesia, empatia. As relações de confiança geram um impacto, temos uma rede que possibilita a continuação desse trabalho.

As meninas também participam?

As mães levam porque entendem que é importante. Temos uma de 14, outra de 13 e uma de 11. Tem gente que diz: “Mas vai falar sobre esses assuntos na frente delas?”. Meu amor, elas ouvem coisas muito piores. A infância da

menina preta e da favela tem data para acabar porque a violência atravessa esse corpo.

A roda mudou a vida delas?

Queria muito que, na época em que passei pela violência, tivesse o que tenho hoje. Talvez não tivesse chegado ao enforcamento que me deixou sequelas fortes. Não consigo ter um relacionamento. Se eu não tivesse tido força de gritar pela vizinha, se ela tivesse ouvido o marido que mandou não se meter e se a minha mãe não tivesse conseguido empurrar um homem duas vezes o tamanho dela... Mas eu tive essas mulheres. E lembra daquela menina lá atrás que perguntou se eu tinha sido estuprada? Fez o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (**Encceja**) e conseguiu sair daquela relação.

Por Constança Tastch

Projetos da polícia lideram prêmio de combate à violência contra a mulher

Seis iniciativas de diferentes estados brasileiros receberam, na quarta-feira (11), o Selo de Práticas Inovadoras de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres, prêmio concedido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Avon.

[\(Universa, 13/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

São ações que reforçam a luta para diminuir os alarmantes dados da violência de gênero no Brasil: segundo levantamento do Fórum publicado em

setembro, uma mulher é vítima de feminicídio a cada três horas, uma é agredida em contexto doméstico a cada dois minutos, e uma é estuprada a cada dez minutos.

Veja, abaixo, as iniciativas premiadas:

Botão do assédio

A Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte elaborou uma campanha de combate à importunação sexual no transporte coletivo e uma das criações é o botão do assédio, um dispositivo nos tablets que ficam nos painéis dos ônibus. O botão é acionado pelo motorista, quando perceber ou for informado de que uma mulher está sendo assediada. A ação emite um alerta para que a polícia intercepte o ônibus.

Aplicativo para mulheres em risco

Desenvolvido pelas polícias civil e militar da Paraíba, o programa Mulher Protegida consiste na entrega de aparelhos celulares, em que está instalado o aplicativo SOS Mulher, a vítimas de violência doméstica consideradas de alto risco pelos policiais. Por meio desse aplicativo, a mulher pode acionar os órgãos de segurança rapidamente quando se encontrar em uma situação de violência doméstica com risco de feminicídio.

Pesquisa e investigação criminal sob a perspectiva de gênero

A Acadepol (Academia de Polícia do Estado de São Paulo) criou um programa de pesquisas e cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais civis do estado de São Paulo para incluir a perspectiva de gênero nas investigações criminais, principalmente quando se trata de homicídios de mulheres e feminicídios. O principal objetivo é produzir conhecimento específico sobre a maneira como esses casos devem ser apurados.

Bordado contra a violência

A Polícia Militar de Minas Gerais elaborou o projeto Mulher Livre de Violência para estimular que mulheres vítimas de agressões possam ter uma fonte de renda por meio da costura e do bordado. As peças, em sua maioria bolsas e necessários, são feitas com tecidos provenientes das fardas doadas por policiais e bombeiros militares. A ideia é que os bordados falem da realidade das próprias mulheres, com mensagens de força e união.

Direitos no parto

Projeto do MPF (Ministério Público Federal) do Amazonas, o Comitê de Enfrentamento à Violência Obstétrica no Amazonas faz campanhas para conscientizar mulheres sobre seus direitos antes, durante e depois do parto. Também articula políticas públicas para garantir o tratamento digno às mulheres na hora em que dão à luz. O comitê pressionou o poder público pela aprovação de uma lei sobre implantação de medidas de proteção contra violência obstétrica nas redes pública e particular do estado.

Violência doméstica e saúde da Família

Iniciativa do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) do Ministério Público do Estado de São Paulo, o projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família capacita agentes comunitárias de saúde para que ofereçam um atendimento qualificado a vítimas de violência doméstica, além de levar informações às comunidades para prevenir o problema.

Em evento na Alesp,

especialistas criticam falta de ação integrada em casos de violência doméstica

Nesta segunda-feira, 9, um [seminário organizado pelo mandato da deputada estadual Marina Helou \(Rede-SP\)](#) reuniu, em uma mesa, três especialistas em violência doméstica para expor suas ações dentro dos órgãos em que trabalham voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Elas criticaram a falta de um serviço que centralize essas ações e que é necessária uma mobilização entre sociedade civil, setor público e privado.

[\(Catrata Livre, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Durante a discussão, foram levantadas questões que envolviam o atendimento local não só após a denúncia, mas antes, como forma de conscientização para prevenir e fazer com que a mulher se sinta mais à vontade para falar estando em um ambiente familiar, como a sua própria casa.

O evento ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo em parceria com o Consulado do Canadá e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A abertura contou com a presença de Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Dina Thrascher, representante do Consulado Geral do Canadá em São Paulo, e da deputada Marina Helou.

Já a mesa de debate foi composta pela policial canadense Stephanie Ashton, que trouxe sua experiência especializada no atendimento em casos de violência doméstica no [Canadá](#), pela comandante Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e idealizadora do programa Guardiã [Maria da Penha](#), e pela psicóloga Mafoane Odara, coordenadora da área de enfrentamento à violência contra as mulheres do [Instituto Avon](#).

Stephanie Ashton, da Real Polícia Montada do Canadá (RCMP)

Stephanie contou que, no Canadá, os sistemas não se conversam, não há uma rede integrada de apoio e supõe que no Brasil isso também aconteça. “Uma das razões pelas quais as respostas legais aos casos de violência doméstica falham é porque nossos sistemas (criminal, familiar, civil, proteção infantil, imigração) operam separadamente em busca de objetivos diferentes”, disse.

Uma questão que ela acredita que precisa ser resolvida é: o que podemos fazer quando a vítima de violência doméstica quer voltar para o agressor? Já que, como ela mesma explica, não é fácil terminar um relacionamento quando ainda existe sentimento.

Não há um crime específico de violência por parceiro íntimo no Código Penal do Canadá, mas, o que existe, abrange condutas como agressão, violência sexual, ameaças e homicídio.

Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM)

A comandante Elza Paulina endossou o discurso: “Uma das razões de falha para que as ações não se fortaleçam é justamente a falta de entrosamento, de comunicação, é a dificuldade que os vários organismos têm de se falar, de confrontar ações e informações para que a gente possa se fortalecer”, disse.

O programa Guardiã Maria da Penha foi criado em 2014 e atua na fiscalização da medida protetiva expedida pela Justiça e encaminhada ao Ministério Público. Até março deste ano, [atendeu 1.437 casos](#), segundo a Prefeitura de São Paulo.

Elza elogiou a [Casa da Mulher Brasileira](#), que tem atendimento integrado, mas afirmou que ainda precisam existir ações que possam ir até a mulher e não só iniciativas em que ela tenha que ir até as ações.

“A Casa da Mulher Brasileira é uma casa com vários órgãos trabalhando, então nós temos a Polícia Civil, o Ministério Público, a Defensoria, Tribunal

de Justiça, a sociedade civil organizada, a Prefeitura de São Paulo e a GCM. Isso, para nós, é o que seria o ideal em toda a ação, em toda atribuição que o governo pudesse oferecer para essas ações de enfrentamento da violência contra a mulher”, opinou.

A comandante também falou do desafio de discutir temas sobre violência de gênero em um ambiente predominantemente masculino como é a GCM. “Como trazer essa discussão para dentro da minha casa antes de prestar assessoria fora dela? Cuidar do cuidador. Eu preciso que esse cuidador esteja mais próximo para não ter uma série de comportamentos inadequados”, acrescentou.

Ela destacou três pontos importante do programa Guardiã Maria da Penha. “Quando o programa vai até a casa dessa mulher, ele promove um sentimento: ‘A administração pública está vindo até minha casa’. Porque até aquele momento, todas as ações que ela tinha que fazer, ela tinha que se deslocar até a administração. Quer seja no Distrito Policial, quer seja no hospital, não importa: ela se desloca.”

“Ela sente: ‘Alguém está pensando em mim, alguém me viu’. O primeiro passo para ela entender que é uma pessoa de direitos está ali naquela ação. A gente passa um pouco da fiscalização ao agressor para o cuidado com a mulher em situação de violência. Então a gente acaba fazendo duas coisas ao mesmo tempo”, explicou.

O programa também desperta na vizinha dessa mulher que recebe a fiscalização da medida protetiva da guarda civil a consciência de que se acontecer com ela, também poderá contar com a guarda e denunciar o crime, avalia Elza.

Em terceiro, é a responsabilidade consciente do território. “Quando a viatura chega, às vezes o padeiro, às vezes o borracheiro, ele chega e fala para o guarda: ‘Eu não quero me envolver com isso não, mas eu vi o homem rondando a casa dela’. É uma responsabilidade consciente que nós precisamos despertar na sociedade. A sociedade precisa entender que, em briga de marido a mulher, se mete a colher.”

Mafoane Odara, do Instituto Avon

Mafoane Odara revelou que a empresa em que trabalha não queria falar sobre violência doméstica até que uma funcionária foi vítima de [feminicídio](#) e então foi criada uma política de coalizão empresarial pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas.

A psicóloga comentou que o país junta pessoas que pensam igual com objetivos diferentes. “Quando a gente vai para uma manifestação, hoje, no Brasil, por mais que pareça que exista uma narrativa por trás dessa mobilização, é uma multidão de uns. As pessoas saem de casa com um cartazinho. Nas fotos mostram isso: ‘Eu sou uma universitária sem emprego, me dê um emprego’. Mas a manifestação é por creches. E isso dificulta porque a gente não tem um objetivo comum”.

“Como é que se trabalha coletivamente? Quando a gente conversa. O grande problema é que a colaboração, a articulação é que faz esse negócio acontecer. O que a gente não pode deixar de fazer é se isentar da responsabilidade de ser um mobilizador de recursos para a sociedade civil”, acrescentou.

Para ela, os homens não falarem sobre os sentimentos é um grande problema. “Não se fala sobre emoção, não se fala sobre sentimento.” Deu exemplos de que quando um homem vê outro partindo para a violência, agredindo alguém, eles respondem com violência, querem apartar a briga com mais agressão. Que a parceira, quando quer conversar e o parceiro não, ele a deixa falando sozinha.

Ela também reforça que tratamos o problema como caso de polícia, mas que a violência doméstica e o feminicídio são a ponta do iceberg, o último estágio. Que deveria haver atendimento psicológico antes de qualquer sinal de violência, e o assunto, ser tratado como questão de saúde pública e não de polícia. Mas que faltam políticas e respostas eficazes.

“A violência não é só física. Não é responsabilidade da polícia investigar a violência psicológica. A violência psicológica deveria ter sido percebida antes. Isso é caso de saúde. Tem uma série de coisas que a gente não está

conseguindo ver e a gente responsabiliza lugares que não são os responsáveis. A gente tem que, primeiro, identificar a violência psicológica porque é isso que mata as mulheres.”

Campanha #ElaNãoPedi

Nenhuma mulher “pede” para apanhar. A culpa nunca é da vítima. A campanha [#ElaNãoPedi](#), da Catraca Livre, tem como objetivo fortalecer o enfrentamento da violência doméstica no Brasil, por meio de conteúdos e também ao facilitar o acesso à rede de apoio existente, potencializando iniciativas reconhecidas. Conheça a nossa plataforma exclusiva.

Por Jéssica Lima

Lei torna obrigatória notificação à polícia de atendimento de caso de violência contra a mulher na saúde

Serviços de saúde públicos e privados são obrigados, pela nova lei, a comunicar à autoridade policial indícios de violência contra a mulher

[\(Agência Senado, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Foi publicada nova lei, nesta quarta-feira (11), que obriga profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia, em 24 horas, indícios de violência contra a mulher. A lei se originou do Projeto de Lei (PL) 2.538/2019 (na Câmara) ou [PLC 61/2017](#) (no Senado), que havia sido vetado ([Veto 38/2019](#)) pelo presidente da República, Jair Bolsonaro e, no

fim de novembro, teve o veto derrubado pelo Congresso Nacional. A lei entra vigor em 90 dias.

De iniciativa da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), a nova lei estabelece que a comunicação obrigatória à autoridade policial deve ser feita no prazo de 24 horas para, além de serem tomadas as providências cabíveis, também ser registrada para fins estatísticos. A regra vale para serviços de saúde públicos e privados.

Inicialmente, o projeto pretendia acrescentar essa previsão à Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)), mas a relatora no Senado, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), decidiu elaborar um substitutivo, deslocando a medida para a [Lei 10.778, de 2003](#), que já regula a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. A providência, explicou Maria do Carmo, foi tomada para afastar questionamentos quanto à juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Quando vetou a iniciativa, o presidente justificou que o projeto contrariava o interesse público, ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu consentimento e ainda que não haja risco de morte mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde. No entendimento do governo, a medida “vulnerabiliza” ainda mais a mulher, já que, nesses casos, o sigilo seria fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor. Mas deputados e senadores discordaram da posição do governo.

Saiba como estas empresas se engajaram para combater a

violência doméstica

Diante do aumento da violência doméstica no país, empresas se engajam para combater o problema criando programas de acolhimentos para as funcionárias

(Exame, 10/12/2019 - acesse no site de origem)

Denise Neves dos Anjos era uma funcionária exemplar. Gerente de uma loja do **Magazine Luiza** na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, não dava pistas de que vivia um drama pessoal fora dali.

Vítima de violência doméstica, os colegas de trabalho só descobriram que ela era constantemente agredida quando o ciclo de agressão atingiu seu ápice: o feminicídio. Em 2017, aos 37 anos, a profissional foi brutalmente assassinada pelo marido. Situações assim não são isoladas no Brasil.

De acordo com o 13º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em agosto, há um registro de violência doméstica a cada 2 minutos no país.

Só em 2018 foram 263 067 casos de lesão corporal dolosa, aumento de 0,8% em comparação ao ano anterior, e 1 206 assassinatos — alta de 4% no mesmo período. Em 88,8% das mortes, o autor do crime era o companheiro ou o ex-companheiro.

A morte da trabalhadora gerou um questionamento em Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza: “Por que ninguém da loja reparou que havia um problema ali?” Decidida a evitar que a situação se repetisse, a executiva criou há dois anos um programa de acolhimento para as funcionárias vítimas de violência.

Sua primeira medida foi disponibilizar um canal telefônico no qual as empregadas pudessem buscar ajuda psicológica e jurídica. Desde a inauguração da linha, 274 mulheres já foram atendidas.

Em 15% dos casos, foi necessário transferi-las para outra unidade por

motivos de segurança. E a busca pela ferramenta, segundo a companhia, tem crescido: em 2018 foram 108 atendimentos. Até setembro deste ano, já eram 109 registros (hoje, todos os novos empregados são apresentados oficialmente ao programa durante a integração).

Além da criação de um canal de apoio, outra atitude do Magazine Luiza foi treinar a liderança para identificar evidências de violência doméstica.

“Orientamos os gestores a checar a baixa produtividade, observar se a mulher fica pelos cantos, se ela chora, se não quer fazer amizade”, diz Tarsila Mendonça, analista de integridade do Magazine Luiza e responsável pelo Canal da Mulher.

Segundo ela, foi importante também esclarecer que a agressão não é só física, pode ser psicológica. Isso porque muitas vezes quem acessa a ferramenta não é a vítima — e sim um chefe ou colega que conseguiu identificar o problema.

Cristina Kerr, professora na Fundação Dom Cabral e CEO da CKZ Diversidade, consultoria de diversidade para empresas, ressalta que o principal desafio do RH nesse processo é conscientizar e sensibilizar a organização.

“As pessoas costumam achar que elas não têm nada a ver com isso. Primeiro, é essencial desconstruir aquela crença, que aprendemos desde cedo, de que ‘em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’”, diz a especialista. Se o assunto for um tabu, dificilmente o canal de apoio será utilizado.

“As empresas devem fazer campanhas, rodas de conversa e workshops sobre o tema, explicitando que apoiam a causa”, completa Cristina.

Esse papel “comunicador” do RH, de criar espaços de diálogo e de troca de informações, é fundamental para que os funcionários sintam que a preocupação é genuína e tenham coragem de agir.

Com 80% de mulheres em seu quadro, a Marisa abraçou a questão em março deste ano, depois de receber nove pedidos de socorro de funcionárias que estavam sendo ameaçadas ou agredidas pelos companheiros. Antes de iniciar

um programa de combate à violência doméstica, a companhia procurou o Magazine Luiza.

Depois de ouvir os conselhos da própria Luiza Helena Trajano, os executivos da varejista de moda conversaram também com os responsáveis pelo canal para entender qual seria a melhor maneira de estruturar a própria política.

Depois disso, a Marisa ainda aplicou uma pesquisa sobre violência doméstica em todos os empregados para mapear o que pensavam a respeito.

O resultado do levantamento apontou que o conhecimento era alto entre o público feminino e o masculino: 98% das mulheres e 95% dos homens afirmaram que sabiam do que se tratava a violência doméstica.

Ainda assim, a Marisa detectou que a maioria associava a questão exclusivamente à agressão física. Mas a lei diz que situações de abuso emocional, como desvalorização, xingamento e piadas machistas, também configuram violência.

A fim de informar seu público interno, a Marisa levou a promotora de Justiça Gabriela Manssur, do Ministério Público de São Paulo, (MPSP) ao escritório central para fazer uma palestra sobre o assunto.

A companhia também produziu um vasto material informativo. “Elaboramos um calendário de comunicação para esclarecer o que é violência doméstica.

Usamos nossa plataforma online de treinamentos, as TVs internas, os murais, a intranet e até reuniões conduzidas pela liderança para falar sobre o tema. Além disso, temos 20 embaixadores da causa que geram discussões e planos de ação”, diz Carolina Ferreira, gerente jurídica da Marisa.

Inspirada pelos resultados do Magazine Luiza, com quem fez *benchmarking*, a Marisa criou o próprio canal para as empregadas buscarem ajuda. Para isso, contratou consultorias especializadas para atendê-las e orientá-las.

Todo o processo é sigiloso e, quando necessário, a equipe atende a vítima presencialmente. “Com as mulheres que estão em situação de violência ou na iminência de sofrer abuso, há um acompanhamento diário até que a situação

seja resolvida.

Caso a funcionária queira seguir com o pedido de medida protetiva, a Marisa aciona a Delegacia da Mulher ou delegacias comuns, a depender da região, indicando a ela o melhor direcionamento”, afirma Carolina.

Já se a ligação é feita por um terceiro — como um gestor, por exemplo —, a assessoria especializada entra em contato com a empregada para compreender o caso com todo o cuidado.

O maior desafio do programa, pontua Carolina, é convencer as mulheres a usá-lo. “Elas se sentem envergonhadas e temem o julgamento.

Como muitas têm medo de fazer uma denúncia formal, nossa missão é desmistificar a ideia de que o canal é uma ligação direta com a polícia”, afirma a executiva, que também é líder da comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher da Marisa.

O grupo, formado por oito mulheres que atuam em diferentes áreas da varejista, como jurídica, RH, marketing e operações, se reúne uma vez por mês para discutir casos críticos e preparar materiais e ações sobre o assunto, além disso, responde diretamente ao presidente da companhia, Marcelo Pimentel.

Além de ser positivo para as vítimas, o combate à violência é benéfico para o mundo corporativo, inclusive em aspectos menos óbvios, como atração e retenção de talentos. Pesquisas mostram que gerações como a Z — nascidos a partir dos anos 90 — são mais seletivas quando buscam um emprego.

Fora autonomia e flexibilidade, elas querem alinhamento de valores e um propósito na carreira. “A empresa que foca os temas sociais ganha a confiança de consumidores e funcionários. Quem não quer trabalhar numa companhia engajada?”, diz Elizabeth Scheibmayr, líder do comitê de combate à violência da Rede Mulheres do Brasil.

Presidida por Luiza Helena Trajano, a Rede Mulheres do Brasil busca despertar a sociedade civil para conquistar melhorias para o país. O grupo tem mais de 25 000 integrantes no Brasil e no exterior.

“As empresas têm medo de perder dinheiro, mas uma funcionária que sofre violência doméstica falta, fica desconcentrada, adoece e pede demissão. Há uma perda de potencial humano. E isso afeta financeiramente a companhia.”

Um estudo realizado em 2017 pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Instituto Maria da Penha (IMP) no Nordeste, com 10 000 mulheres, mostrou que, naquele ano, as trabalhadoras que declararam sofrer violência por parte dos companheiros faltaram ao trabalho, em média, 18 dias no ano.

Entre elas, 47% relataram perder de um a três dias; 22%, de quatro a sete dias; 20%, de oito a 29 dias; e 12%, 30 dias ou mais. O levantamento estimou que, só por causa do absentismo causado por violência doméstica, a perda para as companhias de capitais nordestinas é de cerca de 64,4 milhões de reais.

Movimento crescente

No fim de agosto, o Instituto Avon e a ONU Mulheres lançaram a Coalizão Empresarial pelo Combate à Violência Contra Mulheres e Meninas com o intuito de envolver líderes da iniciativa privada contra o problema.

Mais de 100 CEOs se reuniram em São Paulo para assinar o compromisso voluntário, que prevê ações como a adesão aos princípios de empoderamento das mulheres, desenvolvimento de atividades de capacitação para o enfrentamento da violência doméstica, implementação de políticas contra o assédio sexual e promoção de campanhas internas contra a agressão feminina.

“Não imaginávamos que a adesão seria tão grande. Mas tocamos em um problema latente. Afinal, onde estão as vítimas de violência doméstica? Estão dentro das empresas. Se você tem uma organização que emprega mulheres e acredita que não há casos de violência, tome cuidado. Você pode não estar prestando a devida atenção”, diz Daniela Grelin, diretora executiva do Instituto Avon.

Quando uma companhia toma consciência de que o problema também é dela,

abre uma janela de oportunidade para essas mulheres. Pesquisa encomendada em fevereiro pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública ao [Datafolha](#) mostrou que 52% das vítimas não denunciaram o algoz. Um dos motivos é a dependência financeira do parceiro.

Pensando nisso, a promotora Gabriela Manssur idealizou o projeto Tem Saída. A iniciativa, que conta com o apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e da prefeitura de São Paulo, ajuda mulheres que estão sendo atacadas pelo marido a conseguir um emprego.

Essas profissionais vão até os postos da Secretaria do Trabalho e do Empreendedorismo e são encaminhadas para vagas de uma das empresas parceiras.

Hoje, a iniciativa tem dez companhias participantes, entre elas [Carrefour](#), Atento, Sodexo e Magazine Luiza. “Contratar essas mulheres demanda atenção por parte do RH. Na entrevista de emprego, o olhar deve ser mais cuidadoso. Não é recomendado questionar detalhes da vida íntima da candidata.

O recrutador tem de considerar que ela está fragilizada e evitar perguntas que a façam voltar à situação de violência”, explica Samir Silva, gerente de gestão de pessoas do Magazine Luiza. Ele ressalta ainda que a chefia precisa estar preparada para algumas ausências dessa funcionária, tanto para ir a audiências quanto para solucionar eventuais questões pessoais.

Ao todo, 156 mulheres já foram recrutadas pelas companhias que integram o Tem Saída. “Mulheres que pensavam que nunca sairiam desse círculo vicioso estão recebendo uma oportunidade. É gratificante receber o feedback delas e saber que as ajudamos a começar de novo”, diz Lilian Rauld, líder de diversidade e inclusão da Sodexo On-site Brasil, que recruta mulheres a partir do programa.

Uma das contratadas pela [Sodexo](#) On-site foi Mariana (nome fictício para preservar a identidade da vítima). Casada por 11 anos, ela foi submetida aos mais diversos níveis de violência. Conheceu o projeto Tem Saída por indicação de psicólogos quando fazia terapia no Fórum do Butantã, em São

Paulo.

Antes de conseguir a vaga de assistente administrativa, a profissional trabalhava informalmente na clínica da sogra. “Quando me separei, eu tinha 31 anos e nenhum registro em carteira. Era um vazio enorme. Agora tenho autonomia e faço planos para voltar à faculdade de psicologia”, afirma.

Por Alexa Meirelles

Qual o impacto dos discursos machistas de políticos no combate à violência doméstica

Especialistas ouvidas pelo HuffPost Brasil afirmam que apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre retórica de representantes do Executivo e aumento da violência, é preciso atenção às políticas públicas.

[\(HuffPost, 09/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe”, disse o ministro da Justiça, **[Sergio Moro](#)**, em solenidade dos 13 anos da **[Lei Maria da Penha](#)**, em 7 de agosto.

Em 6 de julho, em meio à crise ambiental envolvendo queimadas e desmatamento na Amazônia, o presidente **[Jair Bolsonaro](#)** disse que “o Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”. Foi também nesse contexto que o ex-deputado comentou a aparência da primeira-dama francesa, **[Brigitte Macron](#)**, **[comentário reforçado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes](#)**.

Ao longo de 2019, **[Bolsonaro também saiu em defesa do jogador de futebol](#)**

[Neymar](#) quando ele foi acusado de estupro e disse a jornalistas que “todo mundo gostaria de passar uma tarde com um príncipe, principalmente vocês, mulheres” ao comentar agenda com o príncipe da Arábia Saudita Mohammed bin Salman, suspeito de ordenar o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi.

Após falar que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay, em abril, o presidente Bolsonaro também disse que “quem quiser vir aqui [no Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”.

As declarações semelhantes também encontram espaço no Legislativo. No auge da crise do PSL, o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) afirmou [“nós somos que nem mulher traída. Apanha, mas volta para o seu aconchego”](#).

Elas [declarações] interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres.

Professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Femicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha

A alguns metros da Esplanada dos Ministérios, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, por sua vez, defendeu que não se divulgassem dados de feminicídio na região. A unidade da Federação passa por uma alta nesse tipo de crime. Em 2019, foram registrados 31 casos na capital, de acordo com o [G1](#), recorde desde 2015, ano em que a Lei do Femicídio foi sancionada.

O cenário de [violência contra mulher](#) no Brasil é de superlativos. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017, considerado o maior registro em dez anos.

A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

Já as estimativas de casos de estupro no Brasil variam entre 300 mil a 500 mil casos por ano, devido à subnotificação. Em 2018, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, País atingiu o recorde de registros.

Foram 66 mil vítimas, o equivalente a 180 por dia — maior número deste tipo de crime desde que o relatório começou a ser feito, em 2007.

Na avaliação de especialistas em violência doméstica e contra a mulher ouvidas pelo HuffPost Brasil, devido ao amplo alcance, discursos como estas de representantes do Executivo e do Legislativo são, têm um impacto simbólico que dificulta a concretização de mudanças necessárias na sociedade brasileira para combater esse tipo de violação.

“Essas declarações são super sexistas porque estão vinculadas a uma sociedade profundamente patriarcal e racista e elas interferem não só no senso comum como criam uma resistência às políticas destinadas às mulheres. Cria uma resistência ao combate à violência contra as mulheres. Cria uma resistência à credibilidade das mulheres, às denúncias quando elas vão numa delegacia”, afirma a professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, uma das responsáveis pela elaboração da Lei do Feminicídio e integrante do consórcio que criou a Lei Maria da Penha.

A especialista também critica a minimização desse tipo de conduta. “O uso desse discurso, mesmo que do ponto de vista da brincadeiras, de querer ser lúdico, é um desserviço às mulheres brasileiras”, aponta.

É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa.

Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo)

Para Beatriz Accioly, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres da USP (Universidade de São Paulo), as falas reproduzem o pensamento de grande parte da população e indicam a necessidade de “continuar trabalhando pela criação e efetivação de políticas públicas e pela mudança de mentalidade, do reconhecimento de quão inaceitáveis são essas circunstâncias”.

“É importante a gente perceber isso como um sintoma e não necessariamente uma causa [da violência]. Essas pessoas representam uma mentalidade muito comum e poderosa”, diz.

A pesquisadora também entende como prejudicial não haver uma separação por parte desses políticos do uso pessoal para a representação institucional.

“O comportamento dessas lideranças nas redes sociais é um exemplo disso, de não separar o que é opinião pessoal numa rede pessoal privada para conversar com pessoas que você conhece de ser um chefe de Estado e lidar com redes sociais como alguém investido num cargo público para dizer opiniões e não argumentos.”

Foi justamente nas redes sociais que Bolsonaro falou sobre Brigitte Macron. Em agosto, um seguidor fez um comentário em uma publicação de Bolsonaro utilizando uma montagem em que Michelle Bolsonaro e Brigitte Macron são comparadas: “Entende agora porque Macron persegue Bolsonaro?”, dizia texto da imagem.

O seguidor postou a imagem com a frase nos comentários escrevendo “é inveja presidente do Macron, pode crê”. O ex-deputado respondeu, dizendo “não humilha cara. Kkkkkkk”, dando a entender que valida a sugestão de que a beleza de Michelle seria o motivo pelo qual o Macron o “persequiria” durante a cúpula do G7, evento que acontecia à época.

Mesmo após o início da repercussão negativa do episódio, Bolsonaro declarou que não iria se desculpar com a primeira-dama da França pois não havia a ofendido. Mas logo depois o comentário foi deletado das redes sociais.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pondera que discursos como este não são uma surpresa e que o efeitos de declarações como estas são muito complexos na prática.

Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo.

Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Bolsonaro se elegeu apesar de já ter um discurso que poderia ser classificado como misógino, ou seja, de ódio às mulheres, há muito tempo”, diz, ao citar episódios anteriores do mandatário como quando disse que a deputada Maria do Rosário não “merecia ser estuprada” ou quando disse que teve quatro filhos e “deu uma fraquejada” na quinta e nasceu uma menina. “Então cabe lembrar que ele expressa uma misoginia, ou um machismo, que é socialmente aceita.”

A antropóloga afirma que, com a chegada de Bolsonaro à presidência, estes discursos ganham uma força simbólica. “É muito grave que o governante seja orgulhoso de sua ignorância e de sua brutalidade, e o que é certo é que suas políticas podem ter efeitos bem piores - como por exemplo, a liberação de posse de armas certamente deve aumentar os casos de feminicídio, assim como outros tipos de violência”, aponta.

Após Bolsonaro editar, neste ano, oito decretos que ampliam o porte e a posse de armas de fogo, [Thaylize Rodrigues Orsi](#), representante do Ministério da Justiça afirmou em audiência pública na Comissão da Mulher na Câmara realizada em outubro deste ano, [que não há evidências de que a liberação de armas aumente a violência contra mulheres](#).

Porém, o [Mapa da Violência 2016](#) mostra que o Estatuto do Desarmamento foi responsável por poupar 160.036 vidas desde 2003. Entre 1993 e 2003 os homicídios com arma de fogo cresceram 7,8% ao ano, até atingir 36.115 mortes. Seguindo esta progressão, em 2012, o número deveria ser de 71.118 vítimas fatais de disparos, mas foram registradas 40.077 mortes.

“O maior problema é que legitimar frases misóginas reforça a brutal desigualdade de gênero. Não conseguimos saber se isso ‘impacta’ diretamente na violência contra mulher, pois é bem difícil medir aumento de violência e quais as suas causas - a violência sempre tem muitas causas”, lembra a antropóloga, ao citar que a violência institucional têm se agravado no governo.

“Embora caiba lembrar que ela não é uma novidade, mas infelizmente um padrão que se relaciona a desigualdade social e de direitos”, aponta.

No entendimento das especialistas, apesar de não ser possível apontar uma relação direta entre as falas e mudanças nas políticas públicas, é preciso atenção às ações do Executivo. “O que me parece que mais impacta na desigualdade e violência de gênero - contra mulheres, mas também contra pessoas LGBT - é também o desmonte de políticas sociais e preventivas. A Secretaria Especial para Mulheres perdeu seu papel, ao virar parte de uma suposta política de Direitos Humanos que, na verdade, não defende os direitos humanos”, aponta Heloisa Buarque de Almeida.

Rosane Borges, doutora em Comunicação e Linguagem pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e estudiosa sobre questões raciais, concorda que, quando gestores públicos têm esse tipo de postura, eles “sancionam pelo discurso práticas violentas já existentes na sociedade”.

“A reafirmação dessas visões, que são preconceituosas e estereotipadas, funcionam como se fossem pura nitroglicerina”, diz Borges. “E as ações violentas precisam ter alguma rubrica institucional discursiva. É por isso que a gente tem que tomar muito cuidado com o que a gente diz sobre o outro.”

Para a professora da USP, a imprensa tem um fator fundamental quando divulga estas falas não só ao noticiar, mas ao localizar o que ela significa por meio de dados e contexto.

“Embora o que ela [imprensa] tenha que divulgar o que eles dizem, é preciso também que forme a opinião pública. Então, é fundamental que ela traga outras vozes, demonstre por meio de indicadores e de números como o feminicídio é um derivado também de práticas discursivas, porque contrabalancear esses discursos institucionais é um papel fundamental da imprensa”, aponta.

Por Andréa Martinelli e Marcella Fernandes

Mulheres indígenas recebem apoio comunitário para enfrentar violência doméstica na Reserva de Dourados

Sem policiamento, seis homens indígenas criam grupo de segurança para ajudar mulheres a romper silêncio e a denunciarem seus algozes

[\(O Progresso Digital, 04/12/2019- acesse no site de origem\)](#)

Sem policiamento e considerada a região mais perigosa para mulheres indígenas do País, a Reserva Indígena de Dourados deu o primeiro passo para combater a violência doméstica. Seis homens, liderados pelo cacique geral, o terena Izael Morales Terena, ajudam mulheres da aldeia a romperem o silêncio e a denunciarem seus algozes. Todo o trabalho é voluntário e sem nenhuma ajuda de custo do poder público. Juntos, eles formam a Polícia Comunitária formada por homens das três tribos existentes na Reserva: a terena, Guarani e Kaiowá.

Do próprio bolso, as lideranças tiram os recursos necessários para custear as “rondas”, as visitas nas casas, o socorro as vítimas e o transporte delas até a Delegacia da Mulher, na área urbana da cidade. Não há posto policial fixo no local e as forças de segurança pública só entram no local quando são acionados pelas lideranças, ou seja, quando o crime já aconteceu. O protocolo seguido pelas autoridades é que por ser uma terra indígena é preciso de autorização para a entrada. No local vivem 17 mil moradores, número que supera mais de 40 municípios de Mato Grosso do Sul em termos de população.

De acordo com o cacique Izael, inúmeras são as dificuldades no caminho das mulheres vítimas de violência em direção à denúncia. “Muitas delas não

rompem o silêncio por medo de ameaças, por causa dos filhos e por não terem onde morar. Mas também existem aquelas em que denunciam, mas voltam atrás, livram os maridos e ainda voltam a morar juntos. Há muitas medidas protetivas na Reserva, mas muitas mulheres acabam procurando o marido de volta para morar junto. Isso faz com que o agressor se empodera em relação a vítima porque ele tem a certeza da impunidade. A consequência pode custar a vida da vítima”, avalia.

Cacique Izael orienta mulheres indígenas a quebrarem o silêncio.

O cacique relata ainda que ainda falta conhecimento das mulheres em relação a Lei Maria da Penha e consciência por parte delas de que a violência precisa ser denunciada e os autores precisam responder na Justiça por seus atos. Outro problema é a falta de estrutura. “Não temos muitas pessoas dispostas ao trabalho voluntário, tendo em vista que as famílias dependem de trabalho remunerado para sobreviver. Também estamos aguardando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado cumpra a promessa de destinar carros para atuarmos na reserva. A guerra contra a violência doméstica só não está perdida na Reserva porque somos brasileiros e não desistimos nunca”, lamenta.

São em salas do Escritório das Tribos Unidas, em frente a Escola Tengatú Marangatu, na Aldeia Jaguapiru, onde os atendimentos são feitos. “Há dias que forma fila ai na frente. Nós orientamos as mulheres e caso elas queiram, as levamos para fazer denúncia. Aqui a gente tenta ajudar de todas as formas possíveis. Aconselhamos e corremos atrás de ajuda para que elas possam recomeçar a sua vida sem violência”, explica.

O terena Valdemir Ribeiro é pastor e membro do grupo comunitário. Além de palestras, ele vai nas casas, fala sobre a Lei Maria da Penha e intervém quando é chamado. “A gente leva até pedrada dos agressores. Mas o mais importante é salvar vidas. Várias vezes tivemos que parar as brigas, imobilizar o agressor, colocar dentro do nosso carro até a chegada da Polícia. É uma luta diária”, considera, observando que os principais motivos de agressão dentro da Reserva é o uso de álcool, de droga e da situação de vulnerabilidade social.

Quando as mulheres vencem o medo e decidem procurar as autoridades, novos obstáculos aparecem. O primeiro deles é a distância em até a única Delegacia de Atendimento à Mulher da cidade, localizada a mais de 8 quilômetros da Reserva. Segundo as lideranças indígenas, os ônibus circulam em poucos horários e por rotas limitadas. Por essa razão, para se chegar até o local as vítimas dependem basicamente de seus próprios veículos, motos, carroças e bicicletas. Senão, a alternativa é ir a pé por um trajeto que leva no mínimo uma hora e 40 minutos para ser percorrido e inclui estradas de terra e rodovias. O sinal fraco de celular e Internet também não ajuda as vítimas na Reserva.

Segundo dados do Dourados, a segunda maior cidade sul-mato-grossense, tem dados alarmantes: além de figurar como o segundo município brasileiro com os maiores registros de todos os tipos de violência contra as mulheres indígenas, lidera o ranking do abuso sexual contra elas no país, com 31 casos em 2017. Eles são cerca de metade de todas as ocorrências registradas no Estado naquele ano. Desde 2012, é a cidade onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil.

De acordo com o Ministério Público Federal, há uma discriminação das autoridades no tratamento a população indígena. Conforme a Procuradoria informou em recente encontro com lideranças, se um crime é cometido dentro dos limites de uma Aldeia ou Reserva Indígena, seja roubo, furto, violência doméstica ou assassinato, os moradores não encontram respaldo junto às autoridades policiais que, na maioria das vezes, ignoram o chamado alegando falta de combustível, de viatura, de efetivo ou até mesmo falta de segurança.

A Procuradoria avalia ainda que as lideranças das comunidades, por falta de opção, acabam desempenhando o papel dos investigadores, fazendo rondas, identificando os autores dos delitos e prendendo-os por conta própria. Só aí a Polícia entra em cena, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos próprios indígenas. E a situação não é recente: desde 2012, o MPF atua judicialmente para que as Polícias Civil e Militar cumpram a obrigação de prestar atendimento emergencial às aldeias da região Sul do Estado.

Para o MPF, a população também é tratada com “indiferença hostil”. Tal

descaso estatal reflete nos índices de violência. Com base nos dados oficiais, entre 2012 e 2014, o Brasil teve taxa média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, a taxa foi de 26,1. Entre os indígenas de MS este número sobe para 55,9. Já os indígenas da Reserva de Dourados enfrentam uma taxa de homicídios de 101,18 por cem mil habitantes. Os indígenas da região de Dourados morrem por homicídio a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas de MS.

Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena

Vitima de violência desde criança, a terena Dorcas Machado Daniel, 27 anos, diz que nunca teve sorte na vida. Ao O PROGRESSO ela contou que as dificuldades começaram quando aqueles que deveriam protegê-la eram seus algozes. A situação de pobreza extrema fez com que a mãe a abandonasse. Passou a se esconder do pai, que tentava abusar sexualmente da menina.

Aos 14 anos conheceu um jovem que ela pensou que mudaria sua vida para melhor. Ao contrário disso, ela foi cruelmente violentada. Para que não denunciasse, a família do jovem fez com que ele se casasse com ela, com a promessa de que ela seria feliz. Nada mudou. Foram 13 anos de agressões que sofria tanto do marido quando dos familiares dele.

“Vadia, era como ela me chamava. Se a comida não estava do jeito que ele queria era surra. Se eu reclamava que ele me roubava todo o dinheiro do meu trabalho para sustentar o vício em drogas, ele me batia. Até os pais dele me batiam por mero prazer. Até hoje tenho marcas no peito de surras que levei”, revela.

Há um mês ela decidiu por um ponto final nas humilhações que sofria. “Ele gastou todo o meu dinheiro com mulheres. Ele não me respeitava e além de me espancaram, os familiares dele começaram a tentar abusar de minha filha, de 13 anos”, conta.

Depois de procurar ajuda nas lideranças da Reserva, disse que a vida mudou. “Eles me ajudaram em tudo para que eu pudesse criar meus filhos de forma digna e longe de agressões. Ainda há muito o que fazer, pois não posso trabalhar e deixá-los sozinhos, mas hoje voltei a ter esperança, graças ao trabalho da Polícia Comunitária”, revela, ressaltando que desconhecia sobre

a Lei Maria da Penha, até procurar ajuda com as lideranças.

Dorcas disse que temeu a morte. “Eles me ameaçou muito, tentou voltar e por último agora disse que virou crente. Não posso colocar em risco a minha vida e nem a dos meus filhos. Não quero nunca mais passar por tudo o que durante tanto tempo. Só quero vida nova”, avisa, enfatizando que muitas mulheres vivem ente estupros e surras na Reserva.

Associação capacita vítimas ao mercado de trabalho

A terena Lenir Paiva Flores Garcia decidiu dar um basta na violência que sofreu por anos com uma atitude nobre. Depois de quase ter um dos dedos decepados numa das brigas que teve com o ex-marido, ela se separou e criou a Associação de Mulheres Indígenas de Dourados. A entidade existe desde 2001 e de lá para cá já ajudou dezenas de mulheres que precisam de ajuda.

Lenir de Paiva, presidente da AMID

Lenir conta que no local são oferecidos cursos de fabricação de sabonetes, tapetes e artesanato indígena. O objetivo é qualificar as mulheres para que elas possam ter renda extra e recomeçarem suas vidas longe dos agressores. “Muitas mulheres indígenas vem até mim porque foram espancadas pelos maridos. Temos conscientizado de que hoje as mulheres contam com a Lei Maria da Penha, que foi uma importante ferramenta contra a violência. Hoje os maridos sabem que poderão responder pela agressão.

Atualmente a Associação conta com cerca de 70 mulheres que aprendem nova profissão e são responsáveis por disseminá-la a outras indígenas. “Nossa meta é garantir que todas as vítimas de violência tenham condições de se auto sustentarem para não dependerem mais dos maridos. A dependência é um dos fatores que gera medo e fazem com que elas se calem diante da violência”, afirma.

Lei não contempla especificidades da mulher indígena e violência é subnotificada, diz promotor

Atuante em Dourados no enfrentamento da violência doméstica, o promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, avalia que a lei Maria da

Penha não contempla as especificidades da mulher indígena e que os casos de violência são subnotificados. Segundo o promotor, é preciso um estudo antropológico e cultural para saber como essa lei está chegando nas aldeias. “Saber se está havendo uma mudança cultural e de comportamento que desconstrua esse sistema patriarcal e machista é algo relevante. É importante ter dados para que se possa afirmar que a lei ta sendo eficiente naquilo que ela almeja que é proteger a mulher, punir o agressor e fazer com que a família seja protegida desses malefícios que causam a violência doméstica”, explica.

Izonildo alerta que de modo geral a violência é um importante problema de saúde pública da atualidade. “Todas as mulheres podem sofrer violência, não importa a raça, idade, classe social ou grau de escolaridade. Em Dourados, especificamente nas aldeias indígenas urbanas, verifica-se uma acentuada fragilidade feminina e um tratamento preconceituoso às mulheres. A Lei Maria da Penha, infelizmente, não contempla as especificidades da mulher indígena. A comunidade, quando se depara com a violência contra a mulher, em grande medida, busca soluções internas para a solução do conflito. Isso decorre, muitas vezes, pela imposição cultural machista às mulheres. Por outro lado, infelizmente, as mulheres indígenas têm outras lutas como a saúde, educação, emprego, dentre outras e a violência doméstica acaba ficando para trás. Os desafios são muitos, mas há muita coisa sendo feita na prevenção e combate à violência contra a mulher indígena. Nesse enfrentamento é preciso considerar o trabalho conjunto das instituições públicas: o Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Atendimento a Mulher, Polícia Militar, Guarda Municipal, Subsecretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres, Conselhos Municipais e a rede de proteção”, enfatiza.

Em relação as características das vítimas, o promotor “as vítimas são mulheres de todas as idades, que procuram as autoridades por causa da violência física e psicológica. “Elas vão lá porque apanharam ou levaram um tapa, mas quando estão sendo ouvidas em juízo revelam que essas agressões já ocorrem a muito tempo. Nos casos de violência psicológica, muitas são impedidas de sair de casa ou trabalhar. O agressor também se revela em casos de jovens e idosos, a maioria de baixa escolaridade e dependentes de

álcool e outras drogas ilícitas”, revela.

Izonildo explica que no combate a violência doméstica, o papel do Ministério Público é apurar os fatos junto a Delegacia de Atendimento à Mulher, fiscalizar toda a rede de proteção e poder o público, bem como reivindicar políticas públicas. Em relação aos desafios, ele diz que é preciso a união de esforços para se levar de fato a lei Maria da Penha às aldeias. “Apesar de várias iniciativas como a da Defensoria Pública e Subsecretaria dos direitos da Mulher em distribuir cartilha sobre o combate a violência doméstica em língua guarani é preciso mais força para se levar a lei nas aldeias. Isso exige uma análise bem cuidadosa pois a comunidade vive numa cultura diferente. Além do machismo, em muitos casos as vítimas são socorridas com remédios caseiros e as forças policiais acabam não sendo acionadas. Por essa razão, a violência, em grande número física e sexual, é subnotificada”, ressalta, salientando a importância de unir forças para garantir a eficácia da lei e das medidas protetivas, tendo em vista as dificuldades de se afastar o agressor de casa, no caso de uma reserva indígena.

Denúncias nas aldeias caem e delegado destaca rede de proteção

Enquanto o número de denúncias entre as mulheres da área urbana de Dourados aumenta, as queixas na Reserva Indígena diminuem. É o que mostram dados da Polícia Civil. De janeiro a novembro a Delegacia Regional de Dourados registrou 81 queixas vindas das aldeias, 7 a menos do que o contabilizado no mesmo período do ano passado.

Para a liderança indígena Fernando de Souza, o recuo pode estar associado ao medo e a falta de condições da mulher indígena de recomeçar a vida longe do agressor. O servidor público acredita que através da mobilização de agentes de saúde na Reserva para combater a violência doméstica pode ser uma alternativa importante para incentivar as denúncias. Conforme ele, a aproximação do agente com a comunidade pode levar informações importantes as mulheres indígenas. “A partir do momento em que a informação sobre a lei Maria da Penha chegar de forma mais intensa nas aldeias, as mulheres serão encorajadas a romper o silêncio, que hoje tem matado”, analisa.

Por outro lado, o número de denúncias de não indígenas tivera aumento leve na delegacia de Polícia Civil. Foram 1.275 denúncias de janeiro a novembro desse ano contra 1.217 no mesmo período do ano passado.

No enfrentamento a violência contra a mulher, o delegado regional de Dourados, Lupércio Degerone, destaca ferramentas importantes em Dourados como a Delegacia Especializada. “A mudança de sede da DAM, que migrou da até central da cidade para uma região bem populosa e também porque a delegacia se aperfeiçoou, se dotou de melhor estrutura e pode prestar um melhor atendimento, rápido, preciso e eficaz. Tudo isso porque a nova estrutura garantiu acesso a elas, tendo em vista a localização privilegiada, em área bastante conhecida no bairro Água Boa, um dos mais populosos da cidade. Além disso, a nova sede oferece salas individualizadas, o que evita qualquer constrangimento para as vítimas”, destaca.

Outro fator positivo para se incentivar as denúncias é a integração dos órgãos de segurança. “A agilidade do Ministério Público e do poder Judiciário, principalmente nos mandados de prisão, que são rapidamente cumpridas pela Delegacia da Mulher são fatores positivos. Fatores como esse faz com que o agressor perceba que há celeridade e resposta por parte do Estado. As campanhas feitas pelos órgãos de segurança também têm incentivado às mulheres a denunciarem”, salienta.

O agressor também não tem acesso a vítima, quando é detido. Outro facilitador é o atendimento psicológico para as mulheres e a sala específica da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que tem orientado as vítimas sobre seus direitos e garantindo maior segurança.

Vítima não consegue retirar queixa

Há oito anos, a Polícia Civil de Dourados, num entendimento com o Poder Judiciário e Ministério Público decidiu-se que a mulher vítima de violência não consegue retirar a queixa na delegacia contra o agressor, que também não consegue se livrar das grades por meio de fiança. Todas as denúncias são levadas ao conhecimento do Judiciário, porque no entendimento local o “espírito teleológico da lei não cabe fiança”. “ Isso tudo porque as mulheres

acabam sendo vítimas duas vezes porque muitas vezes eram elas que pagavam a fiança do agressor”, diz Degerone.

Rede de enfrentamento

Criada em 2015 no município de Dourados a rede de enfrentamento, formada por diversos órgãos públicos de proteção, ajudam a empoderar as mulheres contra os agressores. Trata-se de uma série de serviços e ações voltados para garantir a aplicação da Lei Maria da Penha.

A rede é formada pela Delegacia da Mulher, Programa Viva Mulher, Defensoria Pública, 13^a Promotoria de Justiça e 4^a Vara Criminal. Em qualquer um desses serviços que a vítima procurar, ela ingressará na rede de atendimento com serviços psicossociais que visam ajudar no que for preciso para que ela garanta sua integridade. Mais recentemente a rede ganhou a parceria do Estado e do Hospital Universitário que, através do projeto “Sala Lilás”, garante que vítimas de estupro receba atendimento de saúde, psicológico, de assistência social e policial, tudo num único espaço.

Viva Mulher

Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, criado em 27 de novembro de 2001, é um serviço de acolhida que oferece acompanhamento psicossocial e jurídico, por meio da Defensoria Pública de Defesa da Mulher, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O Objetivo do serviço é possibilitar que a vítima se torne protagonista de seus próprios direitos. A unidade fica localizada na Rua Hiran Pereira de Matos, 1520, Vila Mary.

Por Valéria Araújo

Congresso derruba veto de Bolsonaro sobre notificação de casos de violência doméstica

Nova lei, considerada controversa por especialistas, obriga profissionais da saúde a notificar indícios e casos explícitos à polícia em, no máximo, 24 horas.

[\(HuffPost Brasil, 27/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Deputados e senadores derrubaram, nesta quarta-feira (27), o veto do presidente [Jair Bolsonaro](#) a um projeto de lei que obriga profissionais da saúde a notificar indícios e casos explícitos de [violência contra a mulher](#) à polícia em, no máximo, 24 horas. Não havia antes o prazo legal, nem a obrigação de notificar indícios. A mudança na legislação é criticada por especialistas no tema.

O veto presidencial, em 10 de outubro, foi baseado no entendimento dos ministérios da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A mensagem de veto aponta que a proposta contraria o interesse público e que a identificação compulsória da vítima “vulnerabiliza ainda mais a mulher”, destacando a importância do sigilo nesses casos, evitando a exposição a outros episódios de violência.

Compartilham dessa visão [especialistas em violência doméstica](#) ouvidas pelo HuffPost Brasil. A Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras chegou a emitir uma nota pública em que aponta incongruências no projeto de lei, entendido como inconstitucional por tornar compulsória a notificação e ignorar a exposição da vítima.

Defensores do PL afirmam que o objetivo é evitar a subnotificação e que o fato de esse tipo de crime ser processado por meio de ação penal pública incondicionada (não precisa de a mulher denunciar) justificam a notificação obrigatória. Esse é o entendimento da autora da proposta, deputada Renata Abreu (Podemos-SP) e da maioria da bancada feminina.

Nos últimos dias, Abreu conversou com outros parlamentares para garantir a derrubada do veto. A articulação também contou com o apoio do presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ). "É mais um passo na luta contra a violência feminina. O Congresso demonstrou disposição em enfrentar esse tema que atinge, diariamente, milhões de mulheres no País", comemorou, após o resultado.

Segundo a deputada, o prazo de 24 horas é ideal reduz a lacuna de tempo de comunicação entre médicos e policiais, tornando muito mais fácil mapear a cena do crime, localizar o agressor, trazer respostas à vítima e à família e implementar políticas preventivas.

Para Renata Abreu, a mulher agredida não está em condições de decidir sozinha. "O veto é um duro golpe na luta contra a violência à mulher, que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Ao estabelecer um prazo rápido, a proposta colabora diretamente para reduzir a lacuna de tempo de comunicação entre médicos e policiais", disse.

Em reunião em outubro de 10 parlamentares das 77 da bancada feminina, houve unanimidade pela derrubada do veto. O PL não é de iniciativa do grupo, apesar de ter seu apoio. Ele foi apresentado por Renata Abreu em dezembro de 2015 e aprovado em plenário em 2017, em regime de urgência, na forma de um substitutivo da então deputada Raquel Muniz (PSD-MG), relatora em plenário em nome de todas as comissões temáticas. Em março deste ano, foi aprovado pelo Senado, com alterações, e retornou à Câmara.

De acordo com assessores legislativos que acompanharam a tramitação, se houvesse alguma inconsistência legal que ferisse a autonomia da mulher, ela teria sido apontada por consultores da Câmara ou do Senado.

Apesar dos 13 anos da existência da Lei Maria da Penha, é crescente o número de mulheres assassinadas no País. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017, considerado o maior registro em dez anos.

A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o

número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

Por Marcella Fernandes

Veja mais:

[Congresso derruba veto de Bolsonaro e hospital terá de notificar suspeita de violência doméstica \(Estadão, 27/11/2019\)](#)

‘Entendo que feminicídio não deveria ter divulgação’, diz Ibaneis; G1 ouviu especialistas

Declaração reacende debate sobre impacto da publicação desses casos. Entre janeiro e novembro deste ano, capital registrou 31 casos; é maior número desde 2015.

[\(G1, 24/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Uma declaração feita pelo governador do Distrito Federal, [Ibaneis Rocha](#) (MDB), na última semana, reacendeu um debate sobre a divulgação de casos de feminicídio. Na quarta-feira (20), Ibaneis disse acreditar que esses crimes deveriam ser tratados pela imprensa da mesma forma que os suicídios.

“Assim como no caso de suicídio, eu entendo que no feminicídio, não deveria ter divulgação. Estou estudando ainda e elaborando pesquisas”, afirmou.

Segundo o governador, a divulgação desses casos pode incentivar novos crimes, já que, para ele, o feminicídio é um crime de ódio praticado em um momento de grande emoção. “Temos que estudar tudo isso, é uma modalidade nova que está surpreendendo toda a sociedade”, apontou.

A declaração de Ibaneis ocorre em meio a uma alta no número de feminicídios registrados no Distrito Federal. Só neste ano, já foram 31 casos na capital deferal (**veja lista no fim da reportagem**).

Mesmo antes do fim de 2019, este já é o maior número de crimes do tipo no DF desde que o feminicídio foi tipificado, em 2015. Entre 5 janeiro e 22 de novembro, foram contabilizados três casos a mais que em todo o ano passado, que até então era tido como o ano mais violento em relação aos crimes de gênero.

Opiniões de especialistas

Para entender se existem indícios de que a divulgação dos casos de feminicídio incentiva a ocorrência de novos crimes, o **G1** ouviu especialistas no tema.

Segundo a doutora em psicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em saúde mental e gênero Valeska Zanello, a fala do governador Ibaneis Rocha pode estar relacionada ao que ela classifica como “contágio do feminicídio”.

Esse fenômeno inclui o homem que possui algum desejo violento contra a mulher, mas não comete o crime. O receio é de que a divulgação dos casos o incentive a praticar aquilo que está na mente.

“Não divulgar pode ser uma boa ideia, mas é importante fazer campanhas sobre violência contra a mulher e alertar para os cuidados necessários para que elas fiquem atentas, alertas, quando acontecerem certos sinais.”

Valeska diz que simplesmente ignorar esses casos pode acabar invisibilizando a luta pelo combate à violência contra as mulheres. Portanto, é necessário manter o tema em discussão por meio de ações de divulgação conscientes.

“Desde que isso não leve a uma invisibilização, porque seria um retrocesso. São duas coisas distintas que precisam ser separadas.”

‘O problema não é divulgar e sim como’

Para a professora de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira, a divulgação de casos de feminicídio é importante para que a sociedade conheça a violência sofrida pelas mulheres.

“O problema não é divulgar e sim como divulgar. O risco da não divulgação é a desinformação.”

Ela explica que, no entanto, é fundamental que a notícia seja colocada para que haja uma atitude efetiva no combate a esse crime. “A divulgação é uma forma de pressionar a autoridade”. afirma.

A pesquisadora, que é doutora em antropologia e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, participou da elaboração da [Lei do Feminicídio](#) e realiza um estudo que avalia mais de 2 mil notícias sobre mortes de mulheres, de 2015 a 2018, em todo Brasil.

Segundo Lourdes Maria, a divulgação deve ser cautelosa, mas é importante que ela exista. Também é essencial ressaltar “o que está acontecendo por trás das mortes dessas mulheres”.

“A informação não pode ficar camuflada. Temos que saber quantas mulheres foram mortas. O que não pode acontecer é difamar, desrespeitar, desonrar a mulher. Além disso, não pode inflar o discurso de discriminação contra a mulher nessas divulgações.”

Divulgação de suicídios

Ao comentar a questão, o governador Ibaneis Rocha comparou os casos de feminicídio aos de suicídio. A Organização Mundial da Saúde (OMS) não desestimula a publicação dos casos - apenas recomenda cuidados no tratamento dessas ocorrências.

Em 2002, a OMS publicou o documento “Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia”. O guia traz orientações sobre como a imprensa deve abordar suicídios tanto em circunstâncias gerais quanto específicas.

Entre as recomendações estão:

- Evitar cobertura sensacionalista
- Evitar descrições detalhadas
- Considerar o impacto emocional do suicídio nos familiares
- Não glorificar as vítimas
- Interpretar estatísticas com cuidado
- Evitar generalizações e comentários improvisados
- Divulgar informações sobre como procurar ajuda

Por Afonso Ferreira e Pedro Alves